



**FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## **Demonstrações Financeiras**

**Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro**

31 de dezembro de 2017 e 2016



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### Índice

Balanço patrimonial.....	03
Demonstração do resultado .....	05
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	06
Demonstração dos fluxos de caixa.....	07
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	08
1. Contexto operacional .....	08
2. Resumo das principais práticas contábeis.....	08
3. Caixa e equivalentes de caixa e Custódia .....	09
4. Contas Correntes Clubes .....	11
5. Outras Contas a Receber.....	11
6. Adiantamentos Diversos .....	12
7. Contrato de Mútuo Clubes .....	12
8. Depósitos e Bloqueios Judiciais .....	13
9. Imobilizado .....	13
10. Intangível .....	14
11. Tributos e Encargos Sociais.....	15
12. Outras Contas a Pagar.....	16
13. Empréstimo Capital de Giro .....	16
14. Contrato de televisionamento.....	17
15. Recursos p/ Aplicação em Instalações Esportivas .....	17
16. Fundo Desenv. Amparo de Futebol RJ .....	17
17. Receitas operacionais .....	17
18. Despesas com pessoal .....	18
19. Despesas administrativas .....	19
20. Despesas Gerais.....	19
21. Despesas com Indenizações Judiciais e Trabalhistas.....	19
22. Despesas Tributárias .....	20
23. Patrimônio Social .....	20



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

#### *Balanço patrimonial*

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.499	5.334
Contas Correntes Clubes	4	15.494	10.738
Outras Contas a Receber	5	1.628	328
Adiantamentos Diversos	6	723	329
Contrato de Mútuo Clubes	7	4.631	-
Custódia	3	3.740	3.309
		<b>31.715</b>	<b>20.038</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos e Bloqueios Judiciais	8	3.396	3.232
Imobilizado	9	39.645	39.403
Intangível	10	117	100
		<b>43.158</b>	<b>42.735</b>
<b>Total ativo</b>		<b>74.873</b>	<b>62.773</b>



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

#### *Balanço patrimonial*

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Passivo circulante</b>			
Salários a Pagar		-	91
Tributos e Encargos Sociais	11	6.355	3.950
Outras Contas a Pagar	12	1.340	2.340
Empréstimo Capital de Giro	13	925	1.109
Contas Correntes Clubes	4	151	109
Contrato de Televisonamento	14	19.964	7.948
Recursos p/ Aplicação em Inst. Esportivas	15	3.420	-
Fundo Desenv. Amparo Futebol RJ	16	1.520	1.512
		<b>33.675</b>	<b>17.059</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Tributos e Encargos Sociais	11	830	1.212
Tributos e Encargos Sociais – Profut	11	17.192	17.805
Tributos e Encargos Sociais – ISS	11	6.247	6.959
Fundo Desenv. Amparo Futebol RJ	16	9.122	10.586
		<b>33.391</b>	<b>36.562</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>67.066</b>	<b>53.621</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social	23	(16.954)	(6.001)
Reserva de Reavaliação	9	26.106	26.106
(Déficit) do exercício		(1.345)	(10.953)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>7.807</b>	<b>9.152</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>74.873</b>	<b>62.773</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

#### *Demonstração do Resultado*

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receitas operacionais	17	29.360	26.090
Despesas com pessoal	18	(13.296)	(9.842)
Despesas administrativas	19	(9.304)	(8.063)
Despesas gerais	20	(6.340)	(5.345)
Despesas com indenizações judiciais e Trabalhistas	21	(412)	(551)
Despesas tributárias	22	(967)	(502)
		<b>(30.319)</b>	<b>(24.303)</b>
<b>(Déficit) / Superávit antes do resultado financeiro e "ISS"</b>		<b>(959)</b>	<b>1.787</b>
Receitas financeiras		431	441
Despesas financeiras		(817)	(479)
Tributos e Encargos Sociais - Consolidação "ISS"	11	-	(12.702)
		<b>(386)</b>	<b>(12.740)</b>
<b>Déficit após resultado financeiro e "ISS"</b>		<b>(1.345)</b>	<b>(10.953)</b>
Ganho Mensuração a Valor Justo	9	-	19.447
<b>(Déficit) / Superávit do exercício</b>		<b>(1.345)</b>	<b>8.494</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

#### *Demonstração das mutações do patrimônio líquido*

(Em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Déficit/Superávit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>14.379</b>	<b>6.659</b>	<b>(20.380)</b>	<b>658</b>
<b>Movimentação do período</b>				
Transferência	(20.380)		20.380	-
Ganho Mensuração a Valor Justo		19.447		19.447
Déficit do exercício			(10.953)	(10.953)
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(6.001)</b>	<b>26.106</b>	<b>(10.953)</b>	<b>9.152</b>
<b>Movimentação do período</b>				
Transferência	(10.953)	-	10.953	-
Déficit do exercício	-	-	(1.345)	(1.345)
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(16.954)</b>	<b>26.106</b>	<b>(1.345)</b>	<b>7.807</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

#### *Demonstração dos fluxos de caixa*

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(Déficit)/ Superávit do exercício	(1.345)	8.494
Ganho Mensuração a Valor Justo	-	(19.447)
	<u>(1.345)</u>	<u>(10.953)</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) do contas correntes clubes	(4.714)	(2.249)
Redução do contas correntes funcionários	-	40
(Aumento) de Outras Contas a Receber	(1.300)	(328)
(Aumento) Redução de Adiantamentos diversos	(393)	1.837
(Aumento) Redução do contrato de Mútuo clubes	(4.631)	12.018
(Aumento) de Custódia	(431)	(3.309)
(Aumento) Redução de depósitos e bloqueios judiciais	(164)	3.236
(Redução) Aumento de salários a pagar	(91)	91
Aumento de tributos e encargos sociais	698	7.697
(Redução) Aumento de outras contas a pagar	(1.001)	1.454
(Redução) de contas correntes outras entidades	-	(206)
Aumento (Redução) de contrato de televisionamento	12.016	(11.945)
Aumento Recursos p/ Aplicação em Inst. Esportivas	3.420	
(Redução) Fundo Desenv. Amparo Futebol RJ	(1.456)	(1.559)
	<u><b>608</b></u>	<u><b>(4.176)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Baixa Líquida de Investimentos	-	180
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(259)	(227)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento</b>	<u><b>(259)</b></u>	<u><b>(47)</b></u>
<b>Atividades de financiamento</b>		
(Redução) Aumento de empréstimo capital de giro	(183)	355
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento</b>	<u><b>(183)</b></u>	<u><b>355</b></u>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>166</b></u>	<u><b>(3.868)</b></u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.333	9.202
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.499	5.334
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>166</b></u>	<u><b>(3.868)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

#### *Notas explicativas às demonstrações financeiras*

(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Federação Futebol do Estado do Rio de Janeiro, designada pelas siglas FERJ ou FFERJ, resultante da fusão, em 29 de setembro de 1978, da Federação Carioca de Futebol e da Federação Fluminense de Futebol, de utilidade pública, é sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, de duração indeterminada, filiada a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e os membros dos Poderes Sociais não são remunerados pelo exercício de seus cargos. A FERJ tem por objetivo fundamental, administrar, dirigir, superintender, controlar, fomentar, difundir, incentivar, melhorar, regulamentar e fiscalizar, de acordo com sua competência legal, a prática de futebol não profissional e profissional, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro.

## 2. Resumo das principais práticas contábeis

### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução 1.409/12 - Entidades sem Finalidade de Lucros, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração, quando aplicáveis, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Entidade em 24 de abril de 2018.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas no próximo tópico.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Entidade estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

### 2.2. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

#### **Ativos financeiros**

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.





## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Entidade tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

### Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Entidade referem-se a empréstimos e financiamentos e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa e Custódia

### 3.1. Caixa e equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Entidade. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	4.781	4.710
Aplicações financeiras de liquidez imediata	718	624
	<u>5.499</u>	<u>5.334</u>

A Entidade tem políticas de investimento financeiro que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e sejam substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI.



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos de curto prazo são efetuados por períodos que variam entre um dia e três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Entidade, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

### 3.2. Custódia

	31/12/2017	31/12/2016
Custódia	3.740	3.309
	<b>3.740</b>	<b>3.309</b>

Desde 2010 a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro vinha mantendo contrato com a empresa Transexpert Vigilância e Transporte de Valores S.A. para a custódia de seus valores, principalmente de cheques e cédulas, com o intuito de garantir maior segurança de seus numerários em trânsito. Em 07 de junho 2015, a sede da empresa Transexpert, localizada no bairro de Santo Cristo/RJ, foi consumida por incêndio, destruindo todo o numerário em custódia de seus diversos clientes, incluindo os valores pertencentes a FERJ, constituído de cédulas em moeda Real, que importavam em R\$2.889. A FERJ através de seus advogados moveu ação indenizatória com pedido de providência cautelar nominada em face da Transexpert, em trâmite perante a 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro. Em 11/03/2016 foi DEFERIDA MEDIDA CAUTELAR INOMINADA onde obriga a Transexpert a DEPOSITAR JUDICIALMENTE a quantia retro mencionada, no PRAZO DE 24H.

Foi proferida sentença em 10/02/2017 condenando aTRANSEXPART' a pagar à parte FERJ a quantia de R\$ R\$2.931.949,30 (dois milhões, novecentos e trinta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e trinta centavos), a título de indenização por danos materiais, acrescida de correção monetária segundo índices oficiais do TJRJ e de juros simples de 1% ao mês a contar da citação.

A sentença transitou em julgado sem recurso da TRANSEXPART, razão pela qual se constituiu definitivamente o crédito em favor da FERJ.

Conforme parecer de seus consultores jurídicos que se baseia nos fatos acima transcritos, a entidade não constituiu nenhuma provisão para perda, tendo sido classificado pelos advogados como "probabilidade de perda remota".

Para melhor apresentação em suas demonstrações financeiras, a FERJ reclassificou o item em tela para a rubrica contábil denominada "custódia" em seu Ativo Circulante.

O valor foi atualizado para data base de 31/12/2017, conforme determinação da sentença proferida em 10/02/2017.



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### 4. Contas Correntes Clubes

Os valores registrados no **Ativo**, são relativos ao saldo devedor de borderôs, adiantamentos, taxas e emolumentos por serviços prestados pela FERJ. No **Passivo**, relativos a saldos credores a favor dos clubes.

Segue abaixo os saldos a receber e a pagar referentes a essas transações entre a Entidade e os clubes de futebol:

#### Contas Correntes Clubes(Ativo)

Contas Correntes Clubes

**Total**

31/12/2017	31/12/2016
15.494	10.738
<b>15.494</b>	<b>10.738</b>

#### Contas Correntes Clubes (Passivo)

Contas Correntes Clubes

**Total**

31/12/2017	31/12/2016
151	109
<b>151</b>	<b>109</b>

Não incidem juros ou atualização sobre os saldos a receber e a pagar nas transações acima.

### 5. Outras Contas a Receber

#### Outras Contas a Receber

Taxa Ferj - borderôs jogos do Flamengo em competições nacionais fora do RJ

Valores a Receber Sportplus

**Total**

Notas	31/12/2017	31/12/2016
(i)	328	328
(ii)	1.300	-
	<b>1.628</b>	<b>328</b>

- (i) Como prevê o Regulamento Geral de Competições, a Federação de Futebol do Rio de Janeiro fundamenta-se nele para liberar jogos fora do estado mediante o pagamento das despesas da ordem de 5%, além da taxa prevista no mesmo RGC.

De acordo com o artigo 72, não apenas em seu inciso V, cabe dedução da renda para pagamento das despesas administrativas da federação local e também de quadro móvel.

Em junho/2016, o Flamengo entregou ofício à CBF informando que entende como irregular a cobrança destes 5% de taxa adicional referentes ao custeio de despesas cobrado pela FERJ.

O assunto em tela encontra-se em análise pelo setor jurídico da CBF.

A FERJ realizou contabilização dos valores pendentes de decisão junto ao flamengo em seu contas a receber, no Ativo Circulante, na rubrica contábil denominada "Outras contas a Receber". Não foi realizada provisão para perda, pois a FERJ entende como devida a cobrança da taxa em discussão.



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- (ii) Em 14 de novembro de 2007, a **FERJ** e a **SPORTPLUS MARKETING ESPORTIVO LTDA.**, celebraram o “Contrato de Cessão de Direitos de Comercialização de Publicidade Estática”, registrado junto ao 6º RTD-RJ sob o nº. 1113611, através do qual lhe foi cedido o direito de comercialização de publicidade estática.

Em 16 de abril de 2010, a **FERJ** e a **SPORTPLUS MARKETING ESPORTIVO LTDA.** celebraram o primeiro “Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Direitos de Comercialização de Publicidade Estática” unicamente para ampliar o prazo de vigência do acordo em epígrafe.

Em 08 de novembro de 2012, a **FERJ** e a **SPORTPLUS MARKETING ESPORTIVO LTDA.**, celebraram o segundo “Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Direitos de Comercialização de Publicidade Estática”, também para estender o prazo de vigência do acordo em epígrafe, cujo termo final é o término do Campeonato Estadual da Primeira Divisão do Estado do Rio de Janeiro da temporada de 2017.

Na cláusula segunda deste segundo “Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Direitos de Comercialização de Publicidade Estática” ficou estabelecido que, em razão da prorrogação indicada acima a **SPORTPLUS MARKETING ESPORTIVO LTDA.**, repassará à **FERJ** a importância de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais) em 2017.

Após negociações, e acordo entre as partes, a empresa **SPORTPLUS MARKETING ESPORTIVO LTDA.**, comprometeu-se em pagar, de formar parcelada, a importância de R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) em 2017. Ao longo do ano de 2017, a FERJ recebeu apenas R\$3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais). Restando o saldo de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) a receber, que consta reconhecido na rubrica outras contas a receber no ativo circulante da FERJ.

### 6. Adiantamentos Diversos

#### Adiantamentos Diversos

Encargos Fin. Clubes  
Outros Adiantamentos  
Total

31/12/2017	31/12/2016
351	-
372	329
<b>723</b>	<b>329</b>

### 7. Contrato de Mútuo Clubes

São valores emprestados aos clubes através de contratos de mútuo, que são resgatados com parte dos créditos provenientes dos contratos de televisionamento.

Os pagamentos são efetuados mediante a realização de cotas comerciais e televisivas, em razão da participação dos clubes nas competições. Os adiantamentos de cotas concedidos pela Entidade aos clubes são garantidos, incondicionalmente, por direitos reais consubstanciados nas aludidas receitas comerciais e televisivas, decorrentes da sua participação nos eventos promovidos pela Entidade. Todas as obrigações mantidas pelos clubes em relação à Entidade recebem tratamento rigorosamente equânime.



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Abaixo os saldos de Contrato de Mútuo Clubes:

### Contrato de Mútuo Clubes

Contrato de Mútuo Clubes  
Total

31/12/2017	31/12/2016
- 4.631	-
<b>4.631</b>	<b>-</b>

## 8. Depósitos e Bloqueios Judiciais

Contabilizados em conta específica quando do bloqueio judicial de disponibilidades bancárias. Incluem também os depósitos judiciais e recursais, por determinação do departamento jurídico da FERJ.

Vide abaixo, composição dos valores referentes aos depósitos judiciais:

### Depósitos judiciais

Deposito Judicial  
Deposito Recursal  
Bloqueio Judicial

31/12/2017	31/12/2016
1.492	1.430
1.904	1.802
-	-
<b>3.396</b>	<b>3.232</b>

## 9. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. Como nos anos anteriores, a depreciação não vem sendo contabilizada.

### (i) Reavaliação de Imóveis

Em 2011, a administração da FERJ contratou a empresa Câmara de Consultores Associados Ltda.-CCA para proceder a avaliação dos imóveis ao preço de mercado. Os laudos técnicos de avaliação foram concluídos no mês de novembro de 2011. A intenção da administração da FERJ com esta avaliação foi única e exclusivamente de obter para os seus imóveis valores atualizados. A reavaliação foi contabilizada em conta específica no Ativo Imobilizado e de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

No exercício de 2016 a administração da Entidade contratou novamente a empresa Câmara de Consultores Associados Ltda.-CCA para proceder a mensuração do valor justo dos imóveis de sua propriedade. Os laudos técnicos de avaliação a valor justo foram concluídos em outubro de 2016. Assim como em 2011, o objetivo da administração com esta avaliação foi única e exclusivamente de obter para este imóvel o valor atualizado, em conformidade com a NBC TG 46 (R1). O ganho com o ajuste a valor justo foi contabilizado em conta específica no Ativo Imobilizado, e reconhecido no resultado do exercício no valor de R\$19.447.466,15.



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### (ii) Controle do Imobilizado

Em novembro de 2016 a administração da FERJ contratou a empresa APPRAISE-RJ Consultoria Avaliações e Contabilidade Ltda. para a realização dos serviços de contagem física e levantamento das especificações dos bens constantes de seu ativo imobilizado. Em sequência será realizado o cotejamento e conciliação, para eventuais ajustes, entre o inventário físico e os registros na escrituração contábil da FERJ. Com este levantamento será implantado um sistema de controle dos bens do ativo imobilizado que proporcionará o controle e contabilização da depreciação dos bens. A previsão de conclusão desta implantação no segundo semestre de 2017 não foi possível sua realização, porém o andamento dos trabalhos está bem adiantado com previsão para conclusão em 2018.

Vide abaixo, quadro que demonstra a movimentação dos itens por categoria de imobilizado:

Imobilizado	Imóveis	Móveis e utensílios	Biblioteca	Equipamentos	Veículos	Reavaliação imóveis	Total
Em 31 de dezembro de 2015	9.244	2.057	115	1.073	580	6.659	19.728
Adições	-	138	-	90	-	-	228
Reavaliações	-	-	-	-	-	19.447	19.447
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	9.244	2.195	115	1.163	580	26.106	39.403
Adições	-	55	-	85	102	-	242
Reavaliações	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	9.244	2.250	115	1.248	682	26.106	39.645

## 10. Intangível

	Marcas e Patentes e Linhas Telefônicas	Total
Intangível Em 31 de dezembro de 2015	100	100
Adições	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	100	100
Adições	17	17
Em 31 de dezembro de 2017	117	117

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável, quando o caso. As marcas e patentes encontram-se a valores históricos.



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### 11. Tributos e Encargos Sociais

Os impostos incidentes na Federação são basicamente os que se referem a folha de pagamento do pessoal.

Os impostos e contribuições sociais a recolher estão compostos da seguinte forma:

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Fonte		126	167
INSS - Diversos		3.826	1.332
FGTS		40	38
Outros		67	60
Parcelamento Lei 13.155/15 – “Profut”	(i)	17.756	18.368
Parcelamento Simplificado Lei 10.522/02	(ii)	1.213	1.595
Parcelamento ISS	(iii)	7.596	8.306
Parcelamento IPTU		-	60
		<u>30.624</u>	<u>29.926</u>
Tributos e Encargos Sociais – Circulante		6.355	3.950
Tributos e Encargos Sociais – Não Circulante		24.269	25.976
		<u>30.624</u>	<u>29.926</u>

- (i) Parcelamento de acordo com a Lei no 13.155, de 04 de agosto de 2015, que regulamentou o PROFUT. Em 23 de setembro de 2015, foi emitida a Portaria Conjunta PGFN/RFB no 1.340, que regulamentou o parcelamento junto a estes órgãos, com o pagamento em 240 prestações e desconto de 70% na multa, 40% nos juros e 100% nos encargos legais. A partir de novembro de 2015, a FERJ vem recolhendo as parcelas do “PROFUT” de acordo com o estabelecido na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340. A confirmação dos efeitos do Parcelamento “PROFUT” depende também da consolidação do cálculo dos débitos por parte da autoridade fiscal, de modo que o montante hoje reconhecido no passivo da FERJ poderá sofrer alterações. Adicionalmente, a manutenção da FERJ no programa de parcelamento está condicionada ao atendimento de determinadas condições, sobretudo do pagamento das parcelas, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, bem como do cumprimento de outras exigências previstas no Programa. Vale ressaltar, que a FERJ para ingressar no “PROFUT” teve que renunciar a vários processos tributários e previdenciários que estavam em discussão, e seguindo orientações do seu corpo jurídico concordou em adicioná-los ao parcelamento do “PROFUT”.



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- (ii) Parcelamento simplificado, em até 60 parcelas corrigidas pelos índices estabelecidos pela Receita Federal, de débitos não abrangidos pela Lei no 13.155, de 04 de agosto de 2015 “PROFUT”.
- (iii) Em 21/08/1995 lavrou-se auto de infração nº. 47937 motivado pela ausência de recolhimento de ISS devido pela venda de cartões de apostas, na forma do art. 8º, inc. LXI da Lei nº. 691/84, no valor originário de R\$ 153.858,14, calculado com base na alíquota de 10% por cento de acordo com o art. 33, inc. II, item 5 da Lei nº. 691/84.

O resultado da multa se deu em razão do movimento financeiro de R\$ 1.538.581,52, contabilizado a partir da apuração de agosto à dezembro de 1994, feita a partir do borderô de apostas.

Em 07/03/2007, lavrou-se auto de infração nº. 121.029 motivado pela ausência de recolhimento de ISS incidente sobre as receitas relativas a serviços de intermediação de contratos firmados entre seus filiados e as emissoras responsáveis pela transmissão dos campeonatos realizados no Estado do Rio de Janeiro, previsto no inc. L, do subitem 0.02, do art. 8º da Lei nº. 691/84, no valor histórico de R\$1.147.025,98, calculado sobre base arbitrada em R\$22.940.519,62.

Em 19/10/2006, lavrou-se o auto de infração nº. 21.023 motivado pela ausência de recolhimento de ISS incidente sobre os seguintes fatos geradores: (i) inexistência de nota fiscal de serviço; (ii) ausência de emissão de nota fiscal de serviço para partidas realizadas no estádio do Maracanã; (iii) extravio de livro de registro de apuração do ISS e (iv) ausência de comunicação de alteração de endereço.

Em janeiro de 2016 os débitos acima descritos foram parcelados em 84 meses corrigidos pelos índices estabelecidos pela Prefeitura RJ, e estão vinculados ao processo 0012358- 77.2009.8.19.0001 (2009.001.013039-8).

## 12. Outras Contas a Pagar

Valores pertinentes a operação para realização dos jogos, tais como aluguéis de estádio, seguros e outros valores diretamente relacionados aos jogos.

## 13. Empréstimo Capital de Giro

Os empréstimos obtidos pela Entidade se destinam a manutenção e ao desenvolvimento de atividades. Os saldos estão todos classificados no passivo circulante.

Os contratos de empréstimos vigentes não apresentam cláusulas restritivas que a Entidade seja requerida a cumprir, portanto, não existe situação prevista para possível vencimento antecipado da dívida.

Os juros calculados com base na taxa de juros efetiva da operação são registrados no resultado, respeitando o regime de competência.





## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Quando há juros já transcorridos, mas pagáveis posteriormente à data do balanço, tais juros e outros encargos eventuais na mesma situação são provisionados no passivo circulante. Por outro lado, se houver situação em que sejam pagáveis a longo prazo, são classificados no passivo não circulante.

### 14. Contrato de Televisamento

Refere-se aos valores recebidos da Rede Globo de Televisão, suportados por contratos de televisamento, os quais serão repassados aos clubes de acordo com as cotas pré-estabelecidas.

### 15. Recursos p/ Aplicação em Instalações Esportivas

Refere-se aos valores recebidos da Rede Globo de Televisão, suportados por contratos de televisamento, os quais serão aplicados em melhorias nas instalações esportivas dos clubes que fazem parte da elite do campeonato carioca.

A Federação de Futebol do Rio de Janeiro (Ferj) vai custear a reforma de cinco gramados de estádios que pertencem a clubes da elite do Campeonato Carioca. As melhorias já começaram a ser feitas em alguns locais e vão beneficiar os seguintes estádios: Moça Bonita, Conselheiro Galvão, Los Larios, Elcyr Resende e o Alair Corrêa.

### 16. Fundo Desenv. Amparo Futebol RJ

É contabilizado nesta rubrica os valores descontados nas cotas dos contratos de televisamentos e publicidade estática em que participam os clubes de menor investimento, cujos recursos a critério da FERJ, serão aplicados no futebol dessas agremiações.

### 17. Receitas operacionais

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de abatimentos, como segue:

Notas	31/12/2017	31/12/2016
Publicidade/Patrocinio	(i) 4.500	7.750
Bilheteria/Renda de jogos	(ii) 7.558	5.295
Direitos televisivos e comerciais	(iii) 12.738	8.784
Auxílio CBF	(iv) 964	890
Taxas de registro, transferência, rescisão e Multas TJD	(v) 3.378	3.076
Receitas de Cursos e Outras atividades	(vi) 222	295
<b>Total das receitas operacionais</b>	<b>29.360</b>	<b>26.090</b>



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- (i) Contratos de publicidade e patrocínio - Os valores provenientes de receita de publicidade se referem aos contratos firmados com as empresas para a divulgação de suas marcas e logos nas competições ocorridas nos estádios de futebol. Geralmente, a divulgação das empresas é realizada através de placas que ficam localizadas nos campos em que as partidas ocorrem, dando assim, ao espectador maior visibilidade e acesso ao material divulgado.
- (ii) Bilheteria/Renda de jogos - A receita proveniente de bilheteria refere-se a 10% da arrecadação bruta nas competições estaduais e nacionais realizadas fora do estado do Rio de Janeiro, e 5% nas competições nacionais em jogos realizados dentro do estado do Rio de Janeiro, sendo reconhecida pelo regime de competência na realização do evento/partida.
- (iii) Direitos televisivos e comerciais - A receita é reconhecida de acordo com o período de vigência de cada contrato, pelo regime de competência. Os direitos comerciais e televisivos se referem aos valores pagos pelos canais de televisão em que as partidas são transmitidas em rede nacional e/ou estadual.
- (iv) Auxílio CBF (Programas de Auxílio Financeiro)- Refere-se aos valores recebidos pela Federação, onde o mesmo tem como objetivo a assistência financeira necessária para a sua manutenção e operação. Um dos exemplos que podemos citar referente à destinação dos recursos, é a manutenção das instalações em que a Federação se localiza e a continuidade de suas operações.
- (v) Taxas de registro, transferência, rescisão e multas TJD - A receita proveniente da negociação de atletas se refere às taxas de transferência entre clubes quando os jogadores são transferidos para Estados diferentes. Além disso, no caso de transferência de jogadores do mesmo Estado para Clubes distintos, são cobrados valores de rescisão e recadastramento. Em todos os casos, a receita é reconhecida pelo regime de competência. As multas do Tribunal de Justiça Desportiva (TJD)-referem-se principalmente às multas em que o Tribunal efetua cobrança aos Clubes por diversos motivos, tais como uma possível ofensa ao árbitro da partida. Neste caso, o TJD abre um inquérito contra o clube pelo qual o jogador fez a ofensa e o mesmo efetua o pagamento da multa, que por sua vez é repassado para a Federação pelo Tribunal.
- (vi) Receitas de Cursos e Outras atividades - Refere-se aos valores recebidos pela Federação provenientes de formação de treinadores e formação de árbitros.

### 18. Despesas com Pessoal

	31/12/2017	31/12/2016
Salários e Benefícios	11.551	8.408
Despesas com Instrução	50	23
Encargos Sociais	1.695	1.411
	<b>13.296</b>	<b>9.842</b>



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### 19. Despesas administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas C/ Eventos	1.055	510
Despesas C/ Material Esportivo	32	21
Despesas C/ Deslocamentos	796	725
Despesas C/ Material de Consumo e Expediente	591	543
Despesas C/ Água, Esgoto, Luz, Telefone e Internet	951	947
Despesas C/ Serviços Prestados PJ	4.031	3.068
Despesas C/ Viagens e Estadias	795	1.451
Despesas C/ Segurança Patrimonial	741	100
Despesas C/ informática	198	546
Despesas C/ TJD	114	152
	<b>9.304</b>	<b>8.063</b>

### 20. Despesas Gerais

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas C/ Arbitragem	1.073	352
Despesas C/ ICF	239	325
Despesas C/ Manutenção e Conservação	1.178	1.460
Ajuda de Custo Ligas e Filiadas	1.902	479
Despesas C/ aluguéis e Condomínios	513	524
Despesas Legais	587	1.433
Perda de Capital - Bens Móveis	-	180
Outras Despesas	848	592
	<b>6.340</b>	<b>5.345</b>

### 21. Despesas com Indenizações Judiciais e Trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas C/ Indenizações Judiciais	351	367
Despesas C/ Indenizações Trabalhistas	61	184
	<b>412</b>	<b>551</b>



## FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### 22. Despesas tributárias

As despesas tributárias referem-se aos valores de impostos pagos ao longo do exercício de 2017.

### 23. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Déficits. Os Superávits dos exercícios são destinados à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e o Princípio Contábil de Continuidade da Entidade.

RUBENS LOPES DA COSTA FILHO  
PRESIDENTE

PLÍNIO CLÓVIS JORDÃO  
VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO

ALBERTINO ENEAS GAMA BUENO  
TÉC. CONTABILIDADE - CRC/RJ 016144-3



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento ao disposto no Item IV, § 5º do Art. 43, Seção III do Estatuto da FERJ, em reunião do dia 24 de abril de 2018, após examinar os documentos e as demonstrações financeiras, aprovou, sem ressalvas, as contas e o Balanço Geral do exercício de 2017, e é de parecer favorável à sua apresentação e aprovação pela Assembléia Geral.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2018



Jorge Luiz Peçanha Lira



Luiz Fernando Giancristoforo



Luis Carlos da Silva Lopes

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A

Diretoria e Conselheiros

Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

**Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações financeiras da **FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** de 31 de dezembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio social e do fluxo de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

**Base para opinião com ressalvas**

Os bens que compõe o ativo imobilizado, Nota 9, estão demonstrados pelos seus valores históricos, complementados com a reavaliação dos imóveis, com base em laudo técnico de avaliação concluído em outubro de 2016.

As depreciações do ativo imobilizado, como nos anos anteriores, não vem sendo apropriadas. O pronunciamento técnico CPC 27 – “Ativo imobilizado” requer que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Adicionalmente, a Entidade não tem controle individual sobre os bens registrados no ativo imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação aos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017.

A diretoria da Entidade não realizou os estudos de avaliação para a indicação de ocorrência de redução no valor recuperável do ativo imobilizado. Devido à ausência das análises para indicação de perda do valor recuperável, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras.



---

**Ênfase - Adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT)**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 11 às demonstrações financeiras, que transcreve que a FERJ aderiu ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) em novembro de 2015. A Entidade reconheceu os débitos levantados pelas autoridades tributárias, atualizando o valor de seus débitos. A FERJ vem recolhendo as parcelas estabelecidas pelo Programa desde novembro/15. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

**Outros Assuntos**

Para atendimento às normas de contabilidade, a Entidade registrou a avaliação patrimonial de seus imóveis pelo critério de valor justo ("fair value"), conforme descrito na nota explicativa de número 9.

Em novembro de 2016 a administração da FERJ contratou a empresa especializada para a realização dos serviços de contagem física e levantamento das especificações dos bens constantes de seu ativo imobilizado. Com este levantamento será implantado um sistema de controle dos bens do ativo imobilizado que proporcionará o controle e contabilização da depreciação dos bens. A previsão de conclusão desta implantação no segundo semestre de 2017 não foi possível sua realização, porém o andamento dos trabalhos está bem adiantado com previsão para conclusão em 2018, conforme descrito na nota explicativa de número 9.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da **FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2018.

**ACTIVA ASSESSORIA E CONTABILIDADES LTDA.**  
CRCRJ-3021/O-3

  
**MILTON MAROTTI RAPIZO**  
CONTADOR - CRCRJ-22.267/O-9